

Nota Informativa

Edição 057/2023

DESTAQUES

Seminário sobre Inteligência Artificial no STF abre inscrições para o público

PL de combate às Fake News será votado pela Câmara até o fim do mês, diz Lira

Com decreto, Brasil adere formalmente à Convenção de Budapeste sobre cibercrime

Governo de Brasília quer software como serviço, mas enfrenta resistência dos gestores

Norma obriga redes sociais a retirar conteúdo de apologia à violência

ANPD participa de audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados

Receita confirma tributação sobre comércio digital, e auditores apoiam

Comércio, inovação e nova industrialização estão no centro dos acordos que MDIC assina na sexta (14) com a China

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil supera a marca de 300 cidades com a Lei de Antenas atualizada

Anatel e Gape buscam assegurar conexão nas escolas além das verbas do 5G

Internet revolucionou setor financeiro e tudo depende das redes

Projeto Conecta 5G é tema de webinar do IT Cluster

REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da Reforma Tributária discute fim dos incentivos fiscais no novo imposto sobre consumo

Appy ressalta efeito distributivo da mudança para o novo sistema de tributação do consumo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BNDES muda política de indicações para conselhos

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: 'Não conto com a possibilidade de saída antecipada de Campos Neto da presidência do BC'

Haddad vê 'sinais evidentes' de que chegou hora de mudar trajetória dos juros

Haddad: Governo quer combater 'concorrência desleal' de sites estrangeiros que sonegam

Brasil reforça a relevância do tema da sustentabilidade no processo de revisão do Grupo Banco Mundial

Arcabouço fiscal ajuda a fortalecer o real, diz secretário do Tesouro

Arcabouço ameaça Lula com restrição de gastos mais forte do que a prevista

MDIC simplifica trâmite para empresas pedirem Seguro de Crédito à Exportação

MDIC ouve sociedade civil sobre suspensão excepcional das medidas de defesa comercial

EDUCAÇÃO

Ministro da Educação aponta conectividade de escolas entre prioridades

ENERGIA E PETRÓLEO

ANEEL realiza 6.º Seminário do Sistema GGT

INFRAESTRUTURA

Conectividade em estradas é principal demanda de usuários e precisa ser ampliada, diz ministro

ORÇAMENTO

Governo entrega LDO na sexta, com projeção sobre novo arcabouço fiscal

POLÍTICA

Senado volta a avaliar projeto que obriga oferta de internet nas escolas

Governo precisa melhorar engrenagem política para votar arcabouço, diz Lira

Partido Novo entra com projeto na Câmara para derrubar portaria de Dino sobre redes

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula destaca viés social do Banco do Brics em posse de Dilma Rousseff

Lula quer o apoio da China à candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU

TRABALHISTA

Ministério do Trabalho e Emprego participa de audiência pública sobre terceirização

DESTAQUES**Seminário sobre Inteligência Artificial no STF abre inscrições para o público**

Poder Judiciário | 12/04/2023 – 17h

O Supremo Tribunal Federal promove, no dia 17/4, o seminário “Inteligência Artificial no STF: a experiência da RAFA 2030”, com 60 vagas presenciais disponíveis para o público externo. O evento será das 13h às 16h, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF. As inscrições terminam na sexta-feira, 14/4, ou ao atingir o número de vagas. O objetivo é explorar o potencial de inteligência artificial como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e de otimização de processos de trabalho, a partir da aplicação prática da ferramenta RAFA 2030 (Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030), desenvolvida pelo STF para classificar as ações de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, fará a abertura do evento. Participarão, também, Edson Prestes, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em inteligência artificial, e Glenda Rocha, advogada ambiental e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade de Brasília (UnB), que desenvolve pesquisas sobre a Agenda 2030 da ONU. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

PL de combate às Fake News será votado pela Câmara até o fim do mês, diz Lira

Poder Legislativo | 13/04/2023 – 13h17min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Projeto de Lei (PL) das Fake News será votado entre os dias 26 e 27 de abril pelo plenário da Casa, após quase três anos de espera. Em entrevista à GloboNews, Lira disse que o relator do projeto, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), trabalhará nas próximas semanas na costura de acordos com os líderes dos blocos partidários, e indicou que o projeto será aprovado. — A intenção da presidência é que seja em 26 e 27 de abril [a votação tanto da urgência quanto do mérito. Todo mundo sabe que se não legislarmos e punirmos os excessos (dos propagadores de fake news) estaremos sempre na mão ou do abuso ou da injustiça. Já aprovado no Senado, o texto aguarda aval da Câmara, onde enfrenta resistências desde a legislatura passada. A polarização política fez com que requerimentos de urgência para votação do PL das Fake News fossem rejeitados durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL). Fonte: O Globo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Com decreto, Brasil adere formalmente à Convenção de Budapeste sobre cibercrime

Poder Executivo | 13/04/2023

O governo federal publicou na quinta (13), um [decreto presidencial](#) pelo qual fica formalmente aprovada a adesão do Brasil à [Convenção de Budapeste](#), um tratado internacional sobre crimes cibernéticos. A medida, que atende à pressão de órgãos de segurança, tipifica esses crimes e traz mecanismos relacionados à cooperação entre os países signatários. A Convenção de Budapeste é um tratado firmado originalmente em 2001, pelo Conselho da Europa. Não por menos, 44 dos mais de 60 signatários são países europeus, mas Estados Unidos (que é membro sem voto do Conselho), Canadá e Japão, por exemplo, também já aderiram. O Brasil se entendeu convidado pelo Conselho da Europa em

2019, a partir de gestões lideradas pelo Ministério Público Federal. A partir de então, deu-se uma tramitação à jato no Congresso Nacional. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo de Brasília quer software como serviço, mas enfrenta resistência dos gestores

Poder Executivo | 13/04/2023

Por se tratar de uma iniciativa inédita, o Ministério da Justiça estuda junto a especialistas como formular a notificação com previsão de multa ao Twitter, que se recusa a colaborar no combate ao extremismo em sua rede social. Ex-diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, o professor e advogado Ricardo Morishita avalia que, com base no Código de Defesa do Consumidor, a sanção do governo federal contra o Twitter poderia atingir o valor máximo previsto em lei atualmente que está em cerca de R\$ 10 milhões. — O código tem uma dosimetria para a aplicação da multa, e três fatores são considerados: a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa. Como a gente está falando de um regime em que a investigação pode apontar casos em que há ofensa à saúde e à segurança do consumidor, a gente está falando de valores que podem alcançar o teto do código. Esse é o critério estabelecido no artigo 57 do Código de Defesa do Consumidor — explica Morishita, que é professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa em Brasília. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Norma obriga redes sociais a retirar conteúdo de apologia à violência

Poder Executivo | 12/04/2023 – 21h49min

Em meio ao ambiente de pânico envolvendo ameaças e casos de violência no ambiente escolar, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) anunciou na quarta-feira (12) a edição de uma nova portaria com uma série de obrigações para as plataformas de redes sociais. De acordo com o ministro Flávio Dino, a norma assinada por ele traz "medidas práticas e concretas" de regulação do serviço prestado pelo setor, com foco específico na prevenção de violência contra escolas. Nas últimas semanas, ocorreram dois atentados desse tipo e ameaças de ataques têm se propagado no país inteiro. "Pela primeira vez temos um regramento claro de como combater condutas a partir da responsabilização das empresas, que, durante anos, disseram que elas eram neutras e que, portanto, elas não eram responsáveis. E são. O que a portaria afirma é que são responsáveis politicamente, socialmente e juridicamente. Porque essas empresas são prestadoras de serviços, eles selecionam conteúdo que nós visualizamos, eles impulsionam conteúdos, eles influenciam, portanto, no conteúdo que circula na internet", afirmou em coletiva de imprensa para anunciar a medida. A portaria prevê, por exemplo, que a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça, instaure processos administrativos para apuração de responsabilidade de cada empresa em relação à eventual violação do que o ministro chamou de "dever de segurança e de cuidado" das plataformas em relação a conteúdos violentos contra comunidades escolares. É no âmbito desses processos que as plataformas deverão atender a diversas requisições da pasta prevista na norma, como, por exemplo, a obrigação de apresentar relatórios de avaliação de riscos sistêmicos sobre propagação de conteúdos ilícitos, informações sobre risco de acesso de crianças e adolescentes a conteúdos inapropriados para idade, além de conteúdos considerados ilegais, nocivos e danosos, segundo a portaria. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD participa de audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor na

Câmara dos Deputados

Poder Executivo | 12/04/2023 – 19h56min

Na quarta-feira (12/04), a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados debateu, em audiência pública, a efetividade e vigência das sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A audiência pública foi realizada por requerimento do Deputado Jorge Braz (Republicanos – RJ), Presidente da Comissão. Estiveram presentes na audiência, a Diretora Miriam Wimmer, representando a ANPD, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Coordenador-Geral na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Jackeline Neves de Almeida, Coordenadora-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação, do DATASUS, do Ministério da Saúde. A Diretora Miriam deu início à audiência falando sobre o histórico da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e sobre a criação da Autoridade. Miriam esclareceu que as obrigações previstas na LGPD se tornaram exigíveis desde a sua entrada em vigor, em setembro de 2020, e que os dispositivos legais que tratam das sanções administrativas entraram em vigor em agosto de 2021, de modo que houve prazo de quase 3 anos desde a aprovação da LGPD, para que os agentes de tratamento pudessem se adaptar e ajustar seus procedimentos antes que as sanções pudessem ser aplicadas. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita confirma tributação sobre comércio digital, e auditores apoiam

Poder Executivo | 12/04/2023 – 16h58min

A Receita Federal confirmou que adotará medidas para tributar compras de comércio digital estrangeiro de valor superior a US\$ 50, equivalente a aproximadamente R\$ 250. De acordo com o órgão, a decisão não consiste na criação de um novo imposto, mas na aplicação da legislação já em vigor. Marcas chinesas que fazem essa importação de baixo custo, como Shein, Aliexpress ou Shopee serão as principais afetadas. A decisão recebeu apoio da Associação Nacional de Auditores Fiscais (Unafisco). A tributação sobre o comércio digital asiático já era uma demanda do varejo nacional de meses antes do início do atual governo. Explorando uma brecha sobre a autorização para que pessoas físicas entrem no país sem precisar declarar a importação de itens de baixo valor, marcas oriundas principalmente da China conseguem oferecer produtos a preços abaixo dos estabelecidos no mercado local. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comércio, inovação e nova industrialização estão no centro dos acordos que MDIC assina na sexta (14) com a China

Poder Executivo | 13/04/2023 – 15h19min

A nova industrialização do Brasil em bases sustentáveis, com inovação tecnológica e investimentos em setores estratégicos, está no centro dos documentos de cooperação que o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, assina na sexta-feira (14/4) com o governo chinês. As assinaturas fazem parte da programação da comitiva brasileira que chegou quarta-feira (12/4) à China, comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integram a comitiva pelo MDIC, além de Márcio Rosa, a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres. São três os memorandos sob responsabilidade do MDIC – Cooperação Industrial; Economia Digital; e Facilitação do Comércio. As conversas em torno de cada área serão pautadas também questão ambiental, dada a importância do tema para os chineses e para o governo brasileiro. Para o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, a China, além de ser um importante parceiro comercial, pode ajudar o Brasil a ocupar um lugar de destaque na indústria 4.0. “Há uma sinergia entre o projeto chinês Made In China 2025 e o pensamento do MDIC, recriado pelo presidente Lula. As duas nações querem desenvolver produtos

inovadores e modernizar sua produção industrial. A troca de conhecimentos entre os países é muito importante neste momento”, afirmou Alckmin. De acordo com ele, há também uma convergência no futuro entre os destinos dos dois países. “E ele passa pela política industrial, pela neointustrialização, pela busca de novas tecnologias, preservação do meio ambiente e diminuição dos entraves comerciais no mundo da economia digital.” Os memorandos sobre Cooperação Industrial e Economia Digital marcam o início do diálogo, nas esferas governamental e empresarial, em áreas de interesse comum. O de cooperação industrial tem como ator principal o setor privado e prevê tratativas para investimentos e trocas tecnológicas nos setores de mineração, energia, infraestrutura e logística (estradas, ferrovias, portos, gasodutos), indústria de transformação (carros, máquinas, construção, eletrodomésticos), alta tecnologia (medicamentos, equipamentos médicos, TI, biotecnologia, nanotecnologia, setor aeroespacial etc.) e agroindústria. Na economia digital, as conversas devem evoluir para a construção de uma infraestrutura econômica capaz de integrar tecnologias interativas inteligentes a atividades como manufatura avançada, circulação de mercadorias, transportes, negócios, finanças, educação e saúde – envolvendo ainda redes de banda larga, navegação por satélite, centros de processamentos de dados, computação em nuvem, inteligência artificial, tecnologia 5G e cidades inteligentes. O memorando aborda também questões relativas a novos modelos de negócio, regulação, pesquisa, treinamento e capacitação. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil supera a marca de 300 cidades com a Lei de Antenas atualizada

Poder Executivo | 13/04/2023 14h20min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disponibilizou em seu site orientações e informações para incentivar prefeituras e câmaras municipais a reduzirem barreiras à conectividade de seus municípios e de suas populações com atualização da legislação local. A implementação da quinta geração da telefonia móvel no País vai exigir a instalação de antenas próprias à tecnologia. Será necessário aumentar a quantidade de antenas instaladas para garantir o acesso à tecnologia 5G no Brasil dentro dos próximos anos. Segundo a Carta Aberta às Autoridades Municipais Brasileiras disponível no novo espaço no site, “a dificuldade para obtenção de licenciamento urbano de infraestruturas de telecomunicações é um dos principais empecilhos para instalação de equipamentos. A burocracia para a obtenção de licenças para a instalação de infraestruturas de telecomunicação materializa-se, por exemplo, desde o excesso na quantidade de regras e de instâncias de aprovação, até a proibição de instalação dos equipamentos em determinadas regiões das cidades”. ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel e Gape buscam assegurar conexão nas escolas além das verbas do 5G

Poder Executivo | 12/04/2023 – 17h38min

O Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) está dialogando com o Ministério das Comunicações e o Governo Federal um possível ajuste da política de conectividade e estuda, também, a atração de parceiros da iniciativa privada. O presidente do Gape, conselheiro diretor da Anatel Vicente Aquino, esclareceu que a política de conectividade deve ser perene e que a ideia inicial, mas ainda em discussão, seria utilizar os R\$ 3,1 bilhões obtidos com a licitação das faixas do Edital de 5G para garantir a conexão das escolas atendidas por pelo menos três anos. Aquino participou, terça-feira (11), do Seminário Educação Conectada. Segundo o conselheiro, esse é um dos fatores para a extensão do projeto-piloto que já conectou cerca de 150 escolas. No

próximo estágio, um total de 2,4 mil escolas devem ser atendidas nas Regiões Norte e Nordeste, responsáveis por uma parcela significativa dos 500 mil alunos desconectados do País. Para ele, a política do Gape é “extremamente positiva” ao levar, por meio da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE), conexão de aproximadamente 200 Mbps de velocidade, enquanto a média das escolas brasileiras possui conexão de 10 Mbps. A EACE também atuará na instalação da rede interna, na distribuição de computadores e na capacitação de professores. Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Internet revolucionou setor financeiro e tudo depende das redes

Mercado | 12/04/2023 – 14h15min

As fintechs e as provedoras de serviços por meio da internet inovaram ao apresentar novas soluções para velhos desafios. “Daqui para frente, será, cada vez mais, o conceito de trabalhar em redes. Agora, tudo é solução em rede, não mais de um setor só”, ressaltou Carol Conway, diretora-presidente da Abranet, ao participar do painel “5G e Sistema Financeiro- Muito Além da conectividade”, no Digital Money Meeting, realizado na quarta-feira, 12/04. Carol Conway explicou que esse movimento começou em 2005, se intensificou em 2010 e chegou a 2013 com o marco regulatório do setor de pagamentos. “Isso floresceu de forma muito importante. A pandemia catapultou a transformação digital e quem não tinha conta bancária passou a ter. Agora, estamos diante de um ponto relevante que é para onde vamos”, disse. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto Conecta 5G é tema de webinar do IT Cluster

Poder Executivo | 12/04/2023

O gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Tiago Faienstein, foi o destaque, na quarta-feira (12), de mais uma edição do Webinar IT Cluster, iniciativa do IT Cluster - Rede Brasileira de APLs que debate a importância da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como motor da economia digital. Em sua palestra, Faienstein tratou do Projeto Conecta 5G, iniciativa desenvolvida pela ABDI em parceria com o Parque Tecnológico São José dos Campos, com o apoio do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para oferecer a municípios acesso rápido e facilitado à quinta geração móvel. “O 5G não é um 4G+1. É uma tecnologia totalmente nova, com vantagens sobre o 4G e que pode habilitar novas tecnologias”, resumiu Tiago, ao dimensionar a importância do Projeto Conecta 5G para a criação de novos modelos de negócios por meio da rede de quinta geração e os impactos de seu avanço na vida das pessoas, como em telemedicina e serviços públicos. Fonte: ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da Reforma Tributária discute fim dos incentivos fiscais no novo imposto sobre consumo

Poder Legislativo | 13/04/2023 – 14h19min

O Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados tem buscado firmar a ideia de que o País vai ganhar ao acabar com os benefícios tributários associados aos impostos sobre consumo. Ou seja, eliminar as várias isenções e reduções de base de cálculo negociadas em torno dos cinco impostos que deverão ser extintos (IPI, PIS, Cofins, ICMS estadual e ISS municipal). Mas, nas discussões setoriais, os representantes de

empresas mostram preocupação com sua sobrevivência imediata. De qualquer forma, o coordenador do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), já deixou claro que haverá um tratamento diferenciado. “São setores que, de uma forma ou de outra, terão tratamento diferenciado. Falta evidentemente um debate, encontrar como se dará esse tratamento diferenciado. O próprio setor de serviços, 70% dele terá a preservação do Simples”, adiantou Lopes. A reforma pretende unificar os impostos sobre o consumo em um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ou em um tributo federal e outro subnacional, de estados e municípios. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Appy ressalta efeito distributivo da mudança para o novo sistema de tributação do consumo

Poder Executivo | 12/04/2023 – 19h08min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, explicou na quarta-feira (12/4), em evento realizado pelo jornal Correio Braziliense, os principais pontos da proposta de Reforma Tributária do consumo, em discussão no Congresso com apoio do governo federal, e destacou os efeitos distributivos dessa etapa da migração para o novo sistema de tributação brasileiro. Embora sua exposição tenha se concentrado na discussão neste momento no parlamento federal (tributação do consumo), o porta-voz adiantou que a segunda fase da Reforma, que envolverá a tributação da renda e “muito possivelmente” da folha de salários, deverá incluir ainda propostas de alterações em questões de patrimônio. Appy ressaltou que, com a aprovação da Reforma Tributária do consumo, o Brasil deixará no passado um sistema complexo e ineficiente que separa bens e serviços, na contramão do que faz a quase totalidade dos países do mundo, e o substituirá por um modelo referenciado no melhor padrão internacional. Esse modelo é capaz de gerar ganhos para a economia, beneficiando todos os setores de atividades e entes federados. Além desse impacto direto na economia, a Reforma sobre o consumo também terá um efeito distributivo, ao reorganizar a tributação dos serviços e das mercadorias, mais consumidos, respectivamente, pelas pessoas de renda mais alta e de renda mais baixa. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BNDES muda política de indicações para conselhos

Poder Executivo | 13/04/2023 – 05h03min

Com a temporada de assembleias de empresas de capital aberto de 2023, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) trabalha para mudar a política de indicação de conselheiros nas companhias em que a instituição é acionista. O Valor apurou que um dos objetivos é fazer com que a instituição tenha maior poder de decisão nos colegiados, estratégia alinhada com a política do governo de ampliar o papel do banco de fomento na economia. O BNDES quer ter maior influência em temas como mudanças em estatutos de empresas participadas, e considera formar chapas e até pedir voto múltiplo em algumas assembleias. O banco cogita ainda voltar a indicar funcionários da instituição para vagas em conselhos, sem remuneração adicional, mas não descarta selecionar candidatos no mercado. Em nota, o banco informou que “a modificação de todos os conselheiros indicados pelo BNDES sob o governo anterior é um processo natural e esperado”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad: 'Não conto com a possibilidade de saída antecipada de Campos Neto da presidência do BC'

Poder Executivo | 13/04/2023 – 14h53min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quinta-feira (13) que não conta com a possibilidade de saída antecipada de Roberto Campos Neto da presidência do Banco Central - o mandato se encerra em dezembro de 2024. "Não, eu conto com a baixa dos juros", disse Haddad, quando questionado por um repórter se contava com a saída antecipada de Campos Neto. "Agora, quero crer, o Banco Central tem uma janela de oportunidade, que eu espero que seja aproveitada, para que o Brasil possa pensar em crescimento econômico sustentável." Campos Neto e o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC foram alvo de constantes críticas de integrantes do governo, inclusive do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendem que os juros devem ser reduzidos. Atualmente, a taxa básica de juros (Selic) está em 13,75% ao ano. Em entrevista na China, onde acompanha Lula em visita ao país asiático, Haddad afirmou entender que no país "tudo está convergindo para harmonizar o fiscal e o monetário" e já há "sinais evidentes" de que chegou o momento para mudança na trajetória de juros, citando a queda na inflação, valorização do real, estabilização de variáveis e queda na curva de juros futuros. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad vê 'sinais evidentes' de que chegou hora de mudar trajetória dos juros

Poder Executivo | 13/04/2023 – 11h51min

"Tudo está convergindo para harmonizar o fiscal e o monetário" e já há "sinais evidentes" de que chegou o momento para mudança na trajetória de juros, disse na quinta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele citou queda na inflação, valorização do real, estabilização de variáveis e queda na curva de juros futuros. Em entrevista a jornalistas na China, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita ao país asiático, o ministro disse que o Brasil poderá voltar a crescer com queda na Selic associada a medidas que o governo está adotando e à reforma tributária. A mudança no sistema tributário, reforçou, é essencial para um "choque de produtividade" no país e até mesmo para garantir competitividade. "Quem segue o manual e paga todos os tributos, por mais eficiente que seja, não consegue concorrer com quem apela [na Justiça] a questionamentos se aproveitando do emaranhado de normas do sistema", argumentou. "A economia brasileira não está permitindo que os bons empresários, os mais eficientes, consigam crescer." Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: Governo quer combater 'concorrência desleal' de sites estrangeiros que sonegam

Poder Executivo | 13/04/2023 – 11h32min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enfatizou na quinta-feira que seu plano é combater a sonegação no comércio eletrônico. Ele garantiu que empresas que atuam na legalidade não serão afetadas. A correção de distorções em operações de sites como AliExpress, Shein e Shopee tem gerado muita "confusão" entre os consumidores, no entendimento do ministro. Em entrevista à GloboNews na China, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita ao país asiático, Haddad também criticou o que chama de "concorrência desleal" de sites estrangeiros com companhias brasileiras. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil reforça a relevância do tema da sustentabilidade no processo de revisão do

Grupo Banco Mundial

Poder Executivo | 13/04/2023 – 10h03min

O comunicado assinado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentado no Comitê de Desenvolvimento nas Reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial (GBM), em Washington, na quarta-feira (12/4), defende que a instituição estimule e facilite o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente de seus membros. Para cumprir sua missão, é fundamental que a instituição tenha um modelo operacional que leve em conta as reais necessidades e demandas de seus clientes. Em processo de reconexão e ativa participação nas discussões para reformas das instituições financeiras internacionais, o Brasil tem se posicionado a fim de garantir que as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade sejam levadas em conta na atualização da missão do GBM. Além disso, a preservação da sustentabilidade financeira do GBM é vista em conjunto com a possibilidade de aumento na capacidade de gerar novos empréstimos do banco, sem aumentos de custos, segundo o comunicado. Nesse sentido, inovações financeiras, compartilhamento de risco e parcerias com o capital privado podem ser mecanismos importantes para ampliar o impacto das operações do GBM no desenvolvimento sustentável das economias dos países membros. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço fiscal ajuda a fortalecer o real, diz secretário do Tesouro

Poder Executivo | 13/04/2023 – 09h29min

O novo plano fiscal do Brasil ajudou a aumentar a confiança dos investidores na maior economia da América Latina, levando a uma maior demanda por títulos locais, além de ganhos cambiais, de acordo com o secretário do Tesouro, Rogério Ceron. O real está mais forte entre os principais mercados emergentes apesar da perspectiva de taxas de juros mais baixas no país. A proposta do governo de fortalecer as finanças públicas é responsável por isso, disse Ceron em entrevista em seu gabinete em Brasília. "Havia muita insegurança sobre o que aconteceria com a política fiscal. Essas dúvidas foram dissipadas e agora há uma maior aceitação da nova regra", afirmou. O dólar caiu ao redor de -2,5% desde o anúncio do plano fiscal, com o real na liderança dos ganhos entre as moedas dos mercados emergentes, e está nos menores níveis desde junho do ano passado, abaixo da marca psicológica de R\$ 5. Segundo o secretário, os investidores, inclusive estrangeiros, estão apresentando maior demanda por papéis do governo, disse ele. Nesse cenário, há cada vez mais apetite por títulos prefixados, o que sinaliza que os agentes estão fazendo um ajuste de posição para calibrar expectativas de que os juros podem cair antes do que estavam esperando, afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço ameaça Lula com restrição de gastos mais forte do que a prevista

Poder Executivo | 13/04/2023 – 04h

As primeiras projeções sobre o efeito da nova regra fiscal nos gastos do governo indicam que o modelo apresentado pelo Ministério da Fazenda é complexo e com inúmeros desafios para ser posto em prática, sendo o principal deles a necessidade de se criar um novo conceito de receita para definir o quanto a despesa poderá subir. Os cálculos de economistas, que apontam um arrocho maior do que o previsto, são feitos no momento em que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) está sob pressão do PT. Integrantes do partido expressam preocupação com o efeito da proposta para o crescimento econômico, num momento em que a atividade está em desaceleração. As simulações mostram que é crucial elevar a arrecadação para cumprir a proposta e também sinalizam que, se forem usados os conceitos atuais de receita pública, o segundo ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva

(PT) corre o risco de ser marcado por uma restrição orçamentária mais forte do que a esperada pelo governo. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MDIC simplifica trâmite para empresas pedirem Seguro de Crédito à Exportação

Poder Executivo | 12/04/2023 – 18h19min

Uma nova norma publicada na quarta-feira pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), simplifica o trâmite para os operadores de comércio exterior que antes precisavam acessar um sistema específico apenas para pleitear a cobertura do Seguro de Crédito à Exportação (SCE). Esta é mais uma medida anunciada pelo Ministério com o intuito de desburocratizar processos e facilitar operações do setor produtivo. A partir da quarta-feira (12/4) entrou em funcionamento uma nova ferramenta que permite ao governo federal aceitar pedidos de Seguro de Crédito à Exportação (SCE) por meio do Portal Único de Comércio Exterior. Assim, segundo a Secex-MDIC, o Portal Único de Comércio Exterior avança na simplificação da burocracia e contribui para o aumento da competitividade das vendas externas do Brasil. A medida entrou em vigor com a publicação da Portaria SECEX nº 240, que altera a Portaria SECEX nº 19, de 2 de julho de 2019. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MDIC ouve sociedade civil sobre suspensão excepcional das medidas de defesa comercial

Poder Executivo | 12/04/2023 – 08h54min

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) publicou esta semana a proposta de uma nova Portaria que dá mais transparência, previsibilidade, racionalidade, economicidade e eficiência às análises de Interesse Público no sistema de defesa comercial, além de garantir segurança jurídica às partes interessadas. As sugestões deverão ser encaminhadas por meio da plataforma Participa Mais Brasil, onde a portaria está publicada, no prazo de 30 dias, entre 17/04/2023 e 16/05/2023. A análise de Interesse Público visa concluir se existem razões que justifiquem a modificação (suspensão ou alteração) das medidas antidumping ou compensatórias recomendadas pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC e aprovadas pela Câmara de Comércio de Exterior (Camex). Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do MDIC, explica que a finalidade primordial do sistema de defesa comercial é combater as práticas desleais de comércio. Em caráter excepcional, lembra, mas não pouco importante, há possibilidade de suspender ou modificar uma medida, mesmo diante dos elementos que motivariam a sua adoção. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Ministro da Educação aponta conectividade de escolas entre prioridades

Poder Executivo | 12/04/2023 – 21h44min

O ministro da Educação, Camilo Santana, participou na quarta-feira, 12, como convidado da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para apresentar aos deputados explicações sobre temas como a implementação das escolas cívico-militares, plano de atuação e prioridades do ministério para 2023. Entre as prioridades da pasta, Santana destacou a política de levar conectividade para as escolas públicas brasileiras. "Garantir conexão em todas as escolas públicas brasileiras até o fim do mandato, sejam elas

municipais estaduais para serem usadas com fins pedagógicos. Essa é a prioridade do presidente Lula", afirmou o ministro aos deputados. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ENERGIA E PETRÓLEO

ANEEL realiza 6.º Seminário do Sistema GGT

Poder Executivo | 12/04/2023 18h01min

A ANEEL promoveu na quarta-feira (12/4) o 6.º Seminário do Sistema de Gestão Geoespacializada da Transmissão (GGT). O evento híbrido aconteceu na sede da ANEEL e contou com a participação dos diretores da Agência Hélio Guerra e Ricardo Tili. Guerra falou da sua relação com o tema, destacando a evolução das tecnologias de geoprocessamento ao longo dos anos. "Fico muito satisfeito de ter participado das discussões para a implantação do geoprocessamento na Agência. A tecnologia evoluiu muito nesses 20 anos, mas a ideia permaneceu. E muito me alegra poder ver hoje esse instrumento valioso auxiliando tanto na fiscalização", apontou Guerra. Para Tili, "a transição energética do setor elétrico, não passa apenas pelo fomento da energia renovável, mas pela digitalização do setor, onde o modelo de fiscalização só tende a evoluir e a ANEEL está nesse caminho". Realizado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE), o seminário promoveu a troca de experiências com a finalidade de discutir aprimoramentos para a expansão da fiscalização remota da transmissão com o uso das ferramentas geoespaciais. ASCOM ANEEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INFRAESTRUTURA

Conectividade em estradas é principal demanda de usuários e precisa ser ampliada, diz ministro

Poder Executivo | 12/04/2023 – 14h51min

O Ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou na terça-feira (12) que a conectividade nas rodovias é a principal demanda de motoristas e que é preciso ampliar o serviço de telefonia e internet nas estradas brasileiras. Renan Filho deu as declarações durante participação em audiência da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. "A conectividade das rodovias é o primeiro item de pedido dos usuários de rodovias. Tanto o celular, que é o mais simples, mas também a conectividade por internet, que hoje em dia as pessoas precisam muito. O cidadão não fala mais por ligação tradicional, o cidadão fala por ligação de WhatsApp hoje e precisa ter rede", afirmou o ministro após ser questionado sobre o tema pelo deputado Jonas Donizette (PSB-SP). Na avaliação de Renan Filho, a implantação de torres de telefonia em rodovias é mais simples do que a disponibilização da conexão por internet, como WI-FI. Apesar do reconhecimento da necessidade, o titular dos Transportes não explicou como o avanço da disponibilização de sinal seria feito. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Governo entrega LDO na sexta, com projeção sobre novo arcabouço fiscal

Poder Executivo | 13/04/2023 – 13h57min

O Poder Executivo entrega na sexta-feira (14) ao Congresso Nacional o projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas e prioridades do governo

federal para 2024. O texto segue as regras estabelecidas pelo teto de gastos em vigor, mas deve trazer projeções sobre o impacto do novo arcabouço fiscal nas contas públicas. O prazo constitucional para entrega da LDO termina no sábado (15). A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), e o líder do Governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estiveram nesta semana com a ministra do Planejamento, Simone Tebet. Depois do encontro, Tebet reconheceu que — sem considerar o novo arcabouço fiscal — a LDO apresenta “números muito feios”. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Senado volta a avaliar projeto que obriga oferta de internet nas escolas

Poder Legislativo | 13/04/2023 – 14h36min

O Senado vai voltar a analisar proposições oriundas do Programa Jovem Senador que haviam sido arquivadas ao fim da última legislatura. O requerimento para desarquivamento das matérias foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aprovado pelo Plenário na quinta-feira (13). Uma das proposições é o [PLS 280/2015](#), que obriga a disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada. O texto será enviado à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo precisa melhorar engrenagem política para votar arcabouço, diz Lira

Poder Legislativo | 13/04/2023 – 14h20min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira (13) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa “melhorar a sua engrenagem política” para conseguir a votação de temas econômicos, caso do novo arcabouço fiscal. “O governo precisa, sim, melhorar a sua engrenagem política. Fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada não só para a votação simplesmente do arcabouço, mas para os temas posteriores que serão necessários para a manutenção de um arcabouço que atenda as demandas necessárias de crescimento do nosso país, que atenda as necessidades de uma votação da reforma tributária que todo mundo quer, mas que quando chegar vai dar muito trabalho para costurar”, afirmou Lira em entrevista à GloboNews. O parlamentar afirmou ainda que há uma expectativa que o texto do arcabouço chegue à Câmara ainda nesta semana —e disse que trabalha com um prazo de 15 dias, após a chegada dele ao parlamento, para votar a matéria no plenário da Casa. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Partido Novo entra com projeto na Câmara para derrubar portaria de Dino sobre redes

Poder Legislativo | 13/04/2023 – 11h34min

A bancada do partido Novo na Câmara apresentou um projeto de decreto legislativo para derrubar os efeitos da portaria editada na quarta-feira (12) pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública que busca responsabilizar as plataformas digitais por conteúdo que faça apologia à violência nas escolas. O texto é assinado pelos três parlamentares da sigla — Adriana Ventura (SP), Gilson Marques (SC) e Marcel Van Hattem (RS) —, mas há integrantes da Frente Digital dispostos a apoiar a derrubada. A medida foi anunciada no mesmo dia pelo titular da pasta, Flávio Dino, diante do que o ministro chamou de “situação emergencial que tem gerado uma epidemia de ataques, ameaças de ataques, bem como também de difusão de pânico no seio das famílias e das escolas.” “Uma criança vale mais do que todos os termos de uso de todas as plataformas”, afirmou Dino. Fonte: CNN Brasil

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula destaca viés social do Banco do Brics em posse de Dilma Rousseff

Poder Executivo | 13/04/2023 – 02h44min

Na posse de Dilma Rousseff como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB na sigla em inglês), em Xangai, na China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não poupou críticas ao modelo tradicional de financiamento de instituições financeiras internacionais. O NDB, também conhecido como Banco do Brics (bloco econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), não tem a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou instituições financeiras de países de fora do grupo. Fato destacado por Lula. “Pela primeira vez, um banco de desenvolvimento de alcance global é estabelecido sem a participação de países desenvolvidos em sua fase inicial. Livre, portanto, das amarras e condicionalidades impostas pelas instituições tradicionais às economias emergentes. E mais, com a possibilidade de financiamento de projetos em moeda local”. Lula continuou exaltando o papel do banco como um instrumento de combate à desigualdade. Para ele, o NDB deve atender os mais afetados por questões climáticas e econômicas, ajudando-os em uma recuperação. “A mudança do clima, a pandemia e os conflitos armados impactam negativamente as populações mais vulneráveis. Muitos países em desenvolvimento acumulam dívidas impagáveis. É nesse contexto que a criação do NDB se impõe”. Fonte:

Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula quer o apoio da China à candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU

Poder Executivo | 12/04/2023 – 19h29min

No encontro que terá, na sexta-feira (14), com o mandatário chinês Xi Jinping, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera o apoio do país asiático à candidatura do Brasil a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Este é um dos pontos que estão sendo negociados na declaração presidencial de cerca de 50 artigos que será divulgada após a reunião bilateral, em Pequim. A China é o único país que tem assento permanente no Conselho de Segurança — e que ainda conta com o poder de veto — a não se pronunciar sobre o pleito brasileiro. Rússia, França, Estados Unidos e Reino Unido já se manifestaram favoravelmente ao Brasil. Atualmente, o Brasil é membro rotativo do Conselho de Segurança, com mandato para o biênio 2022-2023. Além dos brasileiros, japoneses, alemães e indianos reivindicam o status de membros permanentes. Nos bastidores, fontes envolvidas no tema afirmam que a China rejeita a ampliação com o ingresso do Japão e da Índia, devido a rivalidades regionais. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Ministério do Trabalho e Emprego participa de audiência pública sobre terceirização

Poder Executivo | 12/04/2023 – 18h46min

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT), participou de audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, na terça-feira (11), para tratar sobre terceirização, sobretudo, quanto ao impacto da [Lei n. 13.429](#), de 31 de março de 2017, e a reforma trabalhista ocorrida em 2017. A mesa de Apuração e Incidência nas Relações de

Trabalho Terceirizado foi composta por representantes de órgão públicos, entre eles o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT). O auditor fiscal do Trabalho, Luiz Henrique Ramos Lopes, representante da SIT no evento, apresentou alguns dados sobre o que a Auditoria Fiscal do Trabalho tem feito para coibir as fraudes nesse tema, apresentando números e situações em que a terceirização tem sido realizada de forma irregular. Fonte: ASCOM MTP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br